

<http://doi.org/10.1590/18070337-112385>

Culturas de participação de jovens: o caso das regiões fronteiriças em Portugal[◇]

Nicolas Martins da Silva* 

Sara Pinheiro* 

Sofia Marques da Silva* 

Resumo

Este artigo busca fazer o retrato de culturas de participação de jovens do ensino secundário e residentes em regiões de fronteira em Portugal continental. Essas regiões são, em geral, marcadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais que se traduzem em menores oportunidades de oferta educativa, emprego e espaços de participação. A partir de uma perspectiva da sociologia da juventude, analisam-se dados de um questionário aplicado a 3968 jovens de 38 municípios com o objetivo de mapear a participação jovem e discutir propostas para outras formas de participação às quais têm menos acesso. Os resultados apontam para algumas diferenças entre sexos e de classe social, revelando que se envolvem mais em atividades desportivas e menos em atividades de participação política e cívica. Conclui-se que os contextos aqui em análise têm uma menor diversidade de oferta de espaços de participação, que se traduz num menor envolvimento de jovens. Este trabalho aponta para a pertinência de se equacionarem modelos de participação centrados em jovens e por eles e elas protagonizados. Contribui-se, com este trabalho, para uma análise do espectro da participação jovem em contextos menos estudados como os rurais e de regiões fronteiriças.

Palavras-chave: juventude, participação, regiões de fronteira, regiões rurais, culturas juvenis.

[◇] Texto em português europeu.

* Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Cultures of youth participation: the case of border regions in Portugal

Abstract

This article seeks to portray the cultures of participation of young people in secondary education and residing in border regions in mainland Portugal. These regions are, in general, marked by economic, social and cultural inequalities which translate into fewer opportunities of educational supply, employment and spaces for participation. From a sociology of youth perspective, data from a questionnaire applied to 3968 young people in 38 municipalities is analysed with the aim of mapping youth participation and discussing proposals for other forms of participation to which they have less access. The results point to some differences between sexes and social class, revealing that they get involved more in sporting activities and less in activities of political and civic participation. We conclude that the contexts analysed here have a lesser diversity of supply of spaces for participation, which translates into a lower involvement of young people. This work points to the pertinence of equating participation models centred on young people and led by them. This work contributes to an analysis of the spectrum of youth participation in less studied contexts, such as rural and border regions.

Keywords: youth, participation, border regions, rural regions, youth cultures.

Introdução

A participação de jovens tem sofrido inúmeras transformações nas duas últimas décadas com a emergência de novos contextos, nomeadamente digitais, e de modos mais informais de envolvimento em torno de causas sociais (Trivelli; Morel, 2020). Contudo, se, a par de uma aparente diminuição da participação e do envolvimento juvenil em formas mais tradicionais de participação, como as associações locais ou os partidos políticos, temos assistido a novas formas de envolvimento jovem em torno de causas, também esses movimentos são mais visíveis em contextos urbanos. Os contextos rurais e de interior parecem estar aparentemente mais arredados dessas novas dinâmicas de participação, ou a sociologia da juventude tem também estudado menos esses/as jovens e

suas experiências. Estudar os interesses juvenis nessa matéria é fundamental para formas de atuação mais contextualizadas. Este artigo busca explicar formas de participação de jovens que estão a crescer em regiões fronteiriças predominantemente rurais e suas propostas em torno de um envolvimento comunitário, cívico e político mais significativo.

O conceito de identidade juvenil fronteira não é fechado em si mesmo, isto é, as próprias regiões de fronteira são heterogêneas na sua relação com regiões vizinhas transfronteiriças ou com o restante território. No entanto, é importante destacar que a relação com o espaço imprime algumas especificidades no modo como jovens experienciam as culturas juvenis globais, ou como tomam decisões sobre os seus percursos educacionais ou profissionais. Este artigo, a partir da discussão em torno das questões da participação, procura realçar algumas das especificidades das experiências de jovens a morar nesses contextos, nomeadamente, o modo como lidam com as oportunidades disponíveis.

A literatura tem apontado para a relevância do estudo das juventudes em regiões fronteiriças que, no caso português, em grande parte estão localizadas no interior e rurais (Tiza, 2010), estendem-se a norte, a nordeste, centro-este e sudeste de Portugal continental e são compostas por 38 municípios. Em geral, as regiões fronteiriças de Portugal continental com Espanha têm menos desenvolvimento económico, menos oportunidades em termos de emprego, de educação, de cultura e de participação, como resultado de distâncias estruturais e históricas do centro de poder (Heggen, 2000; Bæck, 2016). Como outros contextos mais periféricos, os contextos fronteiriços, principalmente interiores rurais, lidam com desafios específicos relacionados com o despovoamento e o isolamento, com impacto sobre os recursos comunitários disponíveis (Lind; Stjernstrom, 2015). Essa situação leva à fuga de jovens para outros contextos (Theodori; Theodori, 2015), nomeadamente urbanos e do litoral, acentuando ainda mais a fragilidade dessas regiões.

Os dados do Pordata (2019) são claros ao demonstrar o despovoamento das regiões e o envelhecimento populacional com foco nessas regiões,

que são aquelas com menor densidade populacional.¹ Em relação à taxa de envelhecimento, a proporção em Portugal é de 161,3 idosos por 100 jovens. Dos 38 municípios fronteiriços, quatro possuem níveis superiores a 600 idosos por 100 jovens e em 27 municípios há taxas que variam entre 200 e 500 idosos por 100 jovens habitantes (Pordata, 2019). Outros dados mostram que dez dos 38 municípios de fronteira não têm, em sua oferta educativa, ensino secundário² (Pordata, 2019), que se insere na escolaridade obrigatória no contexto português (Portugal, 2009). Essa situação obriga a que jovens tenham que se mudar ou passar a residir em outro município para acederem à escolaridade obrigatória.

É nesse contexto que este artigo busca situar formas de participação e envolvimento dos jovens nas regiões fronteiriças de Portugal continental, sinalizando contextos, dinâmicas e oportunidades, bem como suas propostas em termos de participação e maior envolvimento local. Nas últimas duas décadas, estudos que buscam tornar conhecidas realidades de participação e envolvimento de jovens rurais chamam a atenção para a valorização dos aspetos locais e para a necessidade de maior atenção às formas de vida e modelos de participação na comunidade, nem sempre visíveis (Portela; Gerry, 2002; Silva, 2014).

As orientações internacionais, nomeadamente a *Youth Strategy 2030* e a *Estratégia Europeia para a Juventude 2017-2028*, apontam as zonas rurais como contextos a serem desenvolvidos, estimulados e preservados enquanto espaços de produção cultural e de participação (União Europeia, 2018). Constitui um dos objetivos centrais daquela Estratégia “impulsionar a juventude rural”, criando-se “condições que permitam aos jovens desenvolver as suas potencialidades nas áreas rurais” (p. c456/14). Como metas a serem alcançadas, destacamos a necessidade de medidas para garantir que os jovens tenham um papel de liderança nos processos de participação descentralizados, “a fim de apoiar a sua inclusão e beneficiar

¹ A maioria dos municípios fronteiriços – mais especificamente, 20 municípios – tem valores recorde de três a 20 indivíduos por km², sendo a média nacional de 114,5 (Pordata, 2019).

² O ensino secundário, em Portugal, corresponde ao ensino médio, no Brasil.

as comunidades locais” (p. c456/14). Além disso, considera-se urgente o envolvimento de jovens de meios rurais em processos de tomada de decisão.

Reconhecendo o papel dos jovens no desenvolvimento da sociedade (União Europeia, 2018), os processos de participação e cidadania jovem na construção de uma sociedade mais democrática e justa ganharam centralidade (Hoskins, 2006; Ross, 2012), destacando-se a importância do desenvolvimento de experiências de participação para a socialização e engajamento cívico e político dos/as jovens (Barros; Mitozo, 2021). Essa importância dada ao desenvolvimento de estratégias de participação de jovens tem sido visível em diferentes documentos que compartilham entre si o foco nas questões de participação política e cívica para o maior empoderamento juvenil (União Europeia, 2018), a partir da tradução de políticas nacionais e regionais em estratégias que promovam oportunidades de maior envolvimento. Em Portugal, o *Plano Nacional para a Juventude 2018-2021* (2018) encontra-se, como política integrada, alinhado com os documentos anteriormente mencionados, ou seja, torna fundamental a criação de espaços e suporte à participação juvenil. Naquele documento, pode encontrar-se como prioridade a promoção de “práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas, com vista ao reforço institucional das políticas de juventude” (Resolução de Conselho de Ministros, 2018, p. 4444-18). Especificidades relacionadas à juventude em ambientes rurais e de interior têm vindo a ser mencionadas em algumas das medidas, ou seja, nas questões de empregabilidade e atratividade do mundo rural, no reconhecimento do papel da juventude na inversão de situações de depopulação. O envolvimento dos jovens, particularmente nas atividades cívicas e de participação, é enquadrado no contexto escolar (criação de clubes, desporto) que, nessas regiões fronteiriças, rurais e interiores, tem um papel central de socialização e promoção da inclusão. Não sendo uma política da juventude, o *Plano Nacional da Coesão Territorial de 2016* inclui preocupações específicas com a juventude e a redução de assimetrias aqui referidas.

Levando em conta as especificidades dos contextos que nos ocupam neste texto, adotamos um conceito de culturas de participação integral que incluía dimensões do envolvimento dos jovens em diferentes atividades relevantes para si mesmos, relacionadas com o lazer, como atividades desportivas, além do envolvimento em atividades cívicas e/ou de participação política, pelo papel que estas desempenham na vida social dos jovens nessas regiões e por serem entendidas como instrumento para o desenvolvimento pessoal e social de jovens (Anderson-Butcher, 2019). Nesse quadro, entende-se por participação o envolvimento consciente, voluntário de jovens (Van Deth, 2014) em atividades que contribuam para o seu desenvolvimento pessoal, social e cultural, atentando também naquilo que são as suas propostas situadas em culturas de participação jovem contextualizadas.

Este artigo, subordinado ao tema participação juvenil em regiões de fronteira, e tendo como pergunta de partida “em que atividades de participação e de lazer se envolvem os jovens das regiões fronteiriças?”, tem como objetivo mapear formas de participação juvenil nesses contextos, procurando entender obstáculos e estímulos à participação, bem como aspirações juvenis em torno da sua participação e envolvimento em atividades de lazer e de participação. Procuramos, também, analisar o modo como o ano de escolaridade, o sexo e a escolaridade dos pais e mães influencia o modo como os jovens participam. Para responder a esses objetivos, recorreremos ao inquérito por questionário como técnica de recolha de dados. Relativamente à análise dos dados, recorreremos à análise estatística das questões de resposta fechada e à análise de conteúdo, contagem por frequência, das questões de resposta aberta.

O artigo estrutura-se da seguinte forma: numa primeira parte, balizamos o quadro teórico em torno das questões de participação e envolvimento de jovens e sua tradução em culturas juvenis; em seguida, são apresentadas as opções metodológicas de suporte a este artigo; em um terceiro momento, os resultados da análise dos dados são apresentados e discutidos, divididos em cinco partes: resultados globais relativos ao envolvimento e participação juvenil nessas regiões; resultados atentando no ano de escolaridade dos

jovens; análise tendo em atenção o sexo dos respondentes; resultados tendo em conta a escolaridade parental e, por último, propostas e perspectivas de jovens para os seus contextos; finalmente, as considerações finais fornecem uma visão geral dos principais resultados.

Especificidades dos contextos: jovens, culturas juvenis e regiões fronteiriças

Uma análise das culturas de participação da juventude nas regiões fronteiriças implica uma reflexão teórica que articule perspetivas em torno do conceito de juventude com as implicações que as regiões fronteiriças, rurais e interiores apresentam. É consensual na literatura compreender a juventude como uma categoria socialmente construída (Furlong; Woodman, 2015) compreendendo diversidade e heterogeneidade (Pais, 1993; Silva, 2011, 2014; Gadea *et al.*, 2017) na construção de biografias juvenis e traços de vida (Pais, 2003).

Uma perspetiva interseccional (Crenshaw, 1989) parece-nos pertinente ao analisar a juventude fronteiriça, interior e rural, prestando atenção a diferentes fatores que influenciam os seus percursos educacionais, escolhas e transições para a idade adulta (Walther, 2006) e que, nesses contextos, são frequentemente organizados em torno de decisões sobre deixar ou permanecer em seus contextos (Castro, 2013). Nossa preocupação em situar a vida juvenil da fronteira se estende à análise de interesses e oportunidades de participação, na medida em que essas são reguladas por dimensões sociais e espaciais (Metzger *et al.*, 2020; Shildrick; Macdonald, 2006).

Especificamente, Machado Pais, ao discutir a construção socio-histórica do conceito de juventude, chama a atenção para a sua pluralidade (Pais, 1990), aspeto relevante para analisar culturas de participação (Menezes *et al.*, 2012). Como alertam Gadea e colegas (2017, p. 264):

Múltiplos mundos sociais desenham múltiplas experiências sobre o *ser jovem*. Daí que a singularização das experiências de vida dos jovens remete à especificidade de contextos e às múltiplas oportunidades e estratégias

elaboradas para o melhor convívio social, chamando a atenção para os processos de mudança nas sociabilidades e nas formas que essas começam a adquirir.

A literatura tem apontado para a necessidade de promover uma sociologia da juventude que também dê conta das culturas juvenis rurais; que, sem essencializá-las, as considere em sua especificidade, mas também em diálogo com culturas globais e mais urbanas (Yndigegn, 2003; Farrugia, 2014; Silva *et al.*, 2021). De facto, reconhece-se que os sujeitos utilizam um conjunto de representações derivadas de seus contextos sociais, culturais e geográficos (Wiborg, 2004; Sampaio; Silva, 2022). Estudos anteriores mostraram como o património imaterial e o património cultural local, bem como a natureza podem desempenhar um papel essencial na conexão que os jovens desenvolvem com os seus contextos (Dax *et al.*, 2002; Silva, 2013, 2014). Por outro lado, a par dessas especificidades, vamos encontrar aspetos que marcam as suas vidas de forma distinta a outros contextos mais urbanos, nomeadamente relacionados com questões de mobilidade e de acesso a oportunidades educativas e de emprego, que levam jovens a considerar sair das suas regiões já de si deprimidas em termos populacionais (Theodori; Theodori, 2015; Bæck, 2016).

Os contextos rurais, comparados com os urbanos, caracterizam-se por um número menor de adultos envolvidos civicamente, politicamente e na comunidade, o que influencia a construção de figuras de referência participativa nesses contextos (Metzger *et al.*, 2020). Por outro lado, a baixa densidade populacional parece ser um fator inibidor da participação cívica dos jovens (Pritzker; Metzger, 2011), pois há menos contatos devido às distâncias geográficas (Metzger *et al.*, 2020). Além disso, os autores têm apontado que, nos contextos rurais, as organizações/associações locais e desportivas são de grande importância para os jovens e para a manutenção da vitalidade da comunidade (Portela; Gerry, 2002; Carmo; Santos, 2011; Ludden, 2011).

O estudo das culturas de participação da juventude nas regiões fronteiriças não pode desconsiderar as desigualdades que caracterizam esses

territórios, nem a importância do lugar na construção dos seus percursos (Dax *et al.*, 2002; Farrugia, 2014). Assim, propõe-se uma análise situada, considerando as possibilidades /os espaços para uma participação juvenil (Dayrell *et al.*, 2010) e prestando atenção às desigualdades, mas também às potencialidades desses contextos.

Participação e envolvimento juvenis

Pancer, Rose-Krasnor e Loiselle (2002) consideram o *engajamento* como meio de participação juvenil que compreende três componentes: a componente comportamental (o ato de participar), a componente afetiva (o gosto em participar) e a componente cognitiva (o conhecimento sobre a atividade na qual se participa). Essa abordagem teórica vai ao encontro da definição proposta pelo *Centre of Excellence for Youth Engagement*,³ no Canadá, destacando-se investigadores como Jeanne Nakamura e S. Mark Pancer, que consideram que o envolvimento juvenil está presente em diversas atividades, nomeadamente no desporto, cultura, política e participação cívica e social.

A participação dos jovens tem sido considerada um motor fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, pacífica e democrática (Checkoway, 2011), assumindo um envolvimento ativo de jovens e sua influência nos processos de participação. Isso significa que a influência nos processos de tomada de decisão (Checkoway; Guttierrez, 2006) contribui para o seu desenvolvimento pessoal, permitindo-lhes exercer seus direitos como cidadãos e contribuir para uma sociedade mais democrática (Levine; Youniss, 2009; Flanagan; Levine, 2010; Checkoway, 2011).

No que diz respeito à participação cívica, esta pressupõe o envolvimento em atividades cujo objetivo é influenciar civicamente a sociedade e contextos fora do círculo mais próximo (Ekman; Amnå, 2012), ou seja, em atividades que têm como objetivo contribuir para o bem comum. No mesmo sentido, Zukin e colegas consideram a participação cívica como atividade focada no

³ Integrado na Queen's University.

bem-estar público, na ajuda a outras pessoas e na resolução de problemas sociais, materializada, por exemplo, em atividades de voluntariado e movimentos associativos (Zukin *et al.*, 2006; Ekman; Amnå, 2012).

A participação política pressupõe influência intencional nas estruturas de governação, inclusive por meio de votação (decisão) e participação na implementação de políticas (Brady *et al.*, 1995). Para Van Deth (2014), a participação política surge como um conceito que engloba o envolvimento em atividades voluntárias relacionadas com o Estado, política e governação, com o objetivo de resolver problemas locais ou sistêmicos. Em relação à participação política, a literatura tem observado uma aparente falta de interesse entre os jovens na política em suas manifestações mais tradicionais – como o voto e a participação em partidos políticos (Ribeiro; Neves; Menezes, 2016).

Explicações relacionadas à diminuição do capital social proposta por Robert Putnam (2000) ou relacionadas a uma sociedade mais individualista (Furlong; Cartmel, 1997) estão mobilizados para tentar explicar essa diminuição do interesse dos jovens em formas mais clássicas de participação política (Putnam, 2000). No entanto, também foi mencionado que existe um conceito estrito de participação política (O'Toole, 2003) que esconde outras formas mais fluidas de envolvimento e participação juvenil (Beck, 2001; Teorell *et al.*, 2007) ou, ainda, de formas mais autônomas de envolvimento e participação política e social (Cornwall, 2009). Daí a importância de considerar diferentes contextos em que ocorrem as experiências de participação dos jovens em sua pluralidade e que por eles são influenciados (Ekman; Amnå, 2012; Menezes *et al.*, 2012).

Breve retrato da participação jovem em Portugal

Estudos realizados no contexto português nas últimas décadas têm demonstrado que são as atividades/organizações desportivas, culturais e de lazer que atraem com maior expressividade os jovens portugueses (Magalhães; Moral, 2008; Lobo *et al.*, 2015). O estudo de Magalhães e Moral

indicou a baixa participação dos jovens portugueses. As duas investigações citadas apresentam uma visão mais pessimista da participação dos jovens, destacando o desinteresse pela participação política. O estudo de Lobo, Ferreira e Rowland (2015) relata que 57,3% dos jovens entrevistados, entre 15 e 24 anos, afirmaram desinteresse, mas que esse também pode indicar menos envolvimento em formas tradicionais de participação e ativismo. Essa percepção sobre uma baixa participação de jovens naquelas formas vai ao encontro das atitudes dos portugueses em relação ao sistema político apontadas nos estudos de Freire, Lobo e Magalhães (2004) e de Cabral (2004), que concluíram existir um escasso envolvimento político dos portugueses, motivado por alguma desconfiança em relação à política. No mesmo sentido, aponta-se o estudo de Pedro Ferreira (2008), que vem destacar a limitada expressão do associativismo na sociedade portuguesa em detrimento da atividade em associações desportivas, em que os jovens afirmam envolver-se mais. Ainda, o estudo de Magalhães e Moral (2008) apontou uma maior tendência de participação de jovens relacionada a associações religiosas, de lazer e desportivas.

Mais recentemente, em 2017, a União Europeia, por meio de uma pesquisa, procurou entender como jovens, em diferentes países, se envolvem em organizações de diversos tipos, como associações voluntárias, de lazer, desportivas e/ou culturais. O relatório resultante dessa pesquisa, que respondida por jovens europeus entre 15 e 30 anos, apresenta algumas conclusões que enriquecem a construção dos retratos da participação juvenil. Os resultados apontam para um aumento, em relação a dezembro de 2014, de 4% dos jovens europeus que afirmam estar envolvidos em atividades de pelo menos uma organização nos últimos 12 meses, correspondendo a um percentual de 53% dos jovens pesquisados. Em Portugal, entre os diferentes tipos de atividades em que os jovens afirmaram envolver-se, destacam-se as atividades em organizações desportivas (28%), o envolvimento em organizações juvenis (20%), organizações culturais (15%). Além dessas, 9% disseram estar envolvidos em uma organização política e 5% em organizações focadas em ação climática (Comissão Europeia, 2018). As conclusões desse

relatório também apontam para um aumento do envolvimento de jovens nos diferentes tipos de atividades mencionadas acima, com exceção das atividades desportivas com maior percentual, em comparação com os resultados do relatório anterior, de 2014. Os documentos que resultaram de investigações em torno das questões da participação de jovens de Portugal continental não levantam o véu sobre as regiões fronteiriças, nosso foco de análise. No entanto, esse retrato não deixa, em nosso entender, de ser importante para compreendermos possíveis especificidades ou alinhamento, nessas regiões, com os resultados gerais da população jovem.

Os contextos empíricos deste estudo, com um espectro menor de oportunidades de participação, nomeadamente cívica e política, levam-nos a enfatizar a relevância de, adicionalmente a contextos mais tradicionais de participação, proporem-se novas formas e contextos em que os jovens se envolvam e que valorizam. Para além disso, as atividades que são propostas ou organizadas por adultos podem ser, para já, a única forma de os jovens se envolverem em atividades significativas para o seu desenvolvimento nesses contextos.

Metodologia

Este artigo baseia-se na contribuição de dados empíricos resultantes da aplicação de uma pesquisa de questionário intitulada: “Inquérito à população escolar: jovens, educação e regiões de fronteira”, desenvolvida no âmbito do projeto de investigação GROW.UP: Crescer em Regiões de Fronteira em Portugal: Jovens, Percursos Educativos e Agendas. Este questionário foi administrado a 3968 jovens estudantes (do 9º ao 12º ano)⁴ de 38 agrupamentos de escola situados nos 38 municípios que compõem a fronteira de Portugal continental com Espanha (ver tabela 1).

Para a administração dos inquéritos por questionário foi selecionada uma escola com ensino secundário por cada município. Nos casos em

⁴ Abrangendo o correspondente ao último ano do ensino fundamental e o ensino médio no Brasil.

que não havia escolas com ensino secundário, foi selecionada uma escola com ensino básico até o 9º ano. Em 29 dos municípios, os questionários foram aplicados na única escola existente no município. Após contacto com as direções das escolas e consentimento informado de encarregados de educação e jovens, os questionários foram administrados a turmas do ensino básico (9ºano) e do ensino secundário (entre o 10º e o 12º ano em turmas de cursos científico-humanísticos e de ensino profissional), sendo que, na maioria dos casos, foram aplicados à totalidade das turmas da escola, pelo que a amostra é representativa dos/as jovens que se encontravam a frequentar esses anos letivos. Os dados foram tratados recorrendo ao programa estatístico IBM SPSS Statistics v25. De acordo com os dados do Censos de 2021, ressalta-se uma quebra populacional em todos os municípios de fronteira de Portugal continental com Espanha, com percentagens que variam entre -1.7% em Vila Real de Santo António (região do Algarve) e -21.8% em Barrancos (região do Alentejo) (INE, 2021).

Os dados quantitativos foram selecionados a partir do questionário que resultou da análise das respostas a uma pergunta de múltipla escolha em que cada jovem apontou as atividades das quais participou (pelo menos uma vez por semana): (i) grupos ligados a partidos políticos; (ii) órgãos políticos locais (assembleias municipais, conselhos municipais de juventude); (iii) movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza; (iv) associações com grupos juvenis regionais, nacionais e internacionais; (v) atividades cívicas ou culturais na Espanha; (vi) eventos culturais na região; (vii) atividades de voluntariado; (viii) atividades desportivas e (ix) movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas *online*.

Realizou-se uma análise estatística descritiva, com frequências (n) e percentagens (%). Sempre que os/as jovens assinalaram participar, considerou-se a resposta como “sim”, sempre que não assinalaram, considerou-se como “não”. Assim, após análise de valores em falta, assinalámos uma taxa muito baixa de perguntas não respondidas por item (entre 4 a 26 respostas omissas por item – ver tabela 1). Não foi necessário realizar qualquer procedimento para as tratar.

Além desses dados, foi mobilizada uma questão aberta do questionário em que os jovens indicaram as experiências de participação e/ou lazer em que gostariam de estar envolvidos, mas às quais não têm acesso (questão 2.5: *Indica outras experiências de participação, lazer, em que gostasses de te envolver, mas às quais não tens acesso*). As respostas dadas a esta pergunta aberta foram organizadas em diferentes categorias, através da análise de conteúdo, contagem por frequência, tendo-se procedido à contagem de respostas. As respetivas categorias foram organizadas de acordo com as sugestões dos jovens sobre as principais atividades de participação e/ou lazer, tendo sido nossa opção organizá-las em função das regiões, para compreender quais as maiores necessidades dos jovens a nível regional.

Tabela 1. Caracterização demográfica dos participantes.

N = 3968			
		n	%
Idade	13-15 anos	1744	44
	16-18 anos	2075	52.4
	> 18 anos	144	3.6
	Omissos	5	
Sexo	feminino	2141	54
	masculino	1824	46
	Omissos	3	
Ano de escolaridade	9 ^º	1315	33.2
	10 ^º	1107	28
	11 ^º	816	20.6
	12 ^º	722	18.2
	Omissos	8	

Curso	Científico-humanístico	2430	61.9
	Profissional	198	5
	NA (estudantes do 9º ano)	1314	33.3
	Omissos	26	

Resultados e discussão

A análise dos resultados e sua discussão dividem-se em cinco etapas específicas: na primeira, analisaremos os resultados globais dos questionários tendo em conta as atividades nas quais os jovens afirmam participar; na segunda etapa, afunilamos a nossa análise, atentando no ano de escolaridade desses jovens; na terceira, discutimos os resultados tendo em conta o sexo dos/as respondentes; na quarta, analisamos os dados tendo em consideração a escolaridade parental; por último, analisamos as propostas dos/as jovens de atividades de participação, triangulando esses dados com suas respostas no que concerne ao tipo de atividades nas quais afirmam participar. Por se tratar de uma amostra composta por jovens, reconhecemos que poderão existir comportamentos de resistência geracional relativos aos padrões institucionais das práticas políticas e estilos de participação desenvolvidas por adultos. Contudo, os nossos dados e a nossa abordagem não nos permitem explorar essa dimensão.

Distribuição da participação juvenil em regiões fronteiriças: resultados globais

A análise dos resultados globais sobre o envolvimento e participação jovem indicam (ver Figura 1) que 64.8% (n=2567) dos jovens inquiridos participam em atividades desportivas – resultados que se alinham com a tendência a nível nacional e europeia já aqui referida (Magalhães; Moral, 2008; Lobo *et al.*, 2015; Comissão Europeia, 2018). Esses resultados revelam uma concentração dos jovens numa única tipologia de atividade

e que pode ser a que existe de modo mais organizado nas suas regiões. Esses estudos têm apontado para uma importância do desporto e dos equipamentos desportivos em ambientes rurais, possibilitando uma maior vitalidade entre jovens e contextos.

Com uma distância significativa relativamente às atividades desportivas, mas ocupando o segundo lugar nas indicações dos jovens, está o seu envolvimento em eventos culturais da região com 23.2% (n=920), o que corrobora a visão de que eventos culturais têm um grande impacto na vitalidade dessas regiões e na promoção do envolvimento desses jovens (Portela; Gerry, 2002). O estudo que citamos vem mesmo referir que



essas atividades se destacam, pois promovem um vínculo ao lugar, sendo que o lugar assume uma grande importância nesses mesmos contextos, o que parece potenciar o envolvimento emocional de jovens em torno das tradições locais e formas de cultura local (Portela; Gerry, 2002).

Figura 1. Percentagem de jovens que indicam participar em cada atividade elencada no questionário

Fonte: Dados da pesquisa.

Em terceiro e quarto lugares surgem, respetivamente, as atividades de voluntariado, com 15.7% (n=623), e a participação em associações e grupos juvenis 12.4%. Apesar de ser relevante salvaguardar que, pela sua natureza, as atividades desportivas e eventos culturais podem mobilizar um maior número de jovens, não deixa de ser significativo refletir que as atividades apontadas com menor expressividade incluem aquelas ligadas a órgãos políticos locais, como Assembleias Municipais e/ou Conselhos Municipais de Juventude, que representam as formas mais tradicionais de participação política. Poderão ter uma menor oportunidade de participar, já que alguns desses órgãos se concentram nas cidades e vilas, o que exigiria mobilidade, e também porque a própria estrutura e dinâmica é distinta já que mais esporádica e, por isso, menos apontada pelos jovens à questão por nós realizada.

Focando a análise nas atividades de participação cívica – nomeadamente, associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais; movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza; atividades de voluntariado e movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas *online* –, os resultados apontam para uma relativa participação em atividades de voluntariado (conforme apresentado acima), destacando-se, por um lado, o envolvimento menos expressivo dos jovens em movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza (7,8%). Por outro lado, o percentual de jovens que afirmam participar em movimentos de participação cívica *online* (6,6%) indica um menor envolvimento em formas menos tradicionais de participação cívica (Norris, 2002), embora essas possibilitem “novas formas de mobilização e participação cívica aos cidadãos” (Portela, 2016, p.22). Mesmo que esses valores possam ser pouco expressivos quando comparados com outro tipo de envolvimento jovem naquelas regiões, dão conta da diversidade de contextos e interesses juvenis.

As atividades de participação relacionadas com grupos ligados a partidos políticos e/ou assembleias municipais, ou conselhos municipais da

juventude apresentam resultados abaixo dos 4% (ver gráfico 1), o que está em consonância com o estudo desenvolvido por Magalhães e Moral (2008) e por Lobo, Ferreira e Rowland (2015), que apontam para envolvimento residual em atividades políticas como a pertença a partidos políticos. Os resultados dos questionários parecem ir ao encontro da ideia de um declínio da participação política convencional entre jovens e que pode indicar uma visão mais cética em torno da política (Ribeiro *et al.*, 2016; Wattenberg, 2016). Poderá ser relevante analisar se essa tendência de afastamento da política na sua vertente mais tradicional e formal poderá ser explicada pelo facto de as suas opiniões juvenis poderem, frequentemente, não estar representadas na tomada de decisões (Dahl *et al.*, 2018).

As questões de participação são entendidas como uma forma de desenvolver a cidadania ativa em jovens (Hoskins, 2006; Ross, 2012), em diferentes níveis, como local, nacional e europeu, entendendo esses diferentes níveis como necessários para a construção de uma cidadania efetiva. Portanto, o maior envolvimento dos jovens em atividades políticas é um desafio atual, tanto numa escala europeia quanto no nível dos órgãos e associações políticas nacionais e locais, nas diferentes áreas em que os jovens podem desenvolver suas atividades de participação.

Culturas de participação e ano de escolaridade

Iniciando pela análise das atividades que se enquadram na participação cívica, nomeadamente a participação por parte dos jovens em associações e grupos juvenis regionais, nacionais e internacionais; em movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza; em atividades de voluntariado e também em movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas *online*, verifica-se que 1681 jovens afirmam participar nesse tipo de atividade pelo menos uma vez por semana (ver tabela 2). O número mais elevado de jovens que afirma participar se encontra no 9º ano de escolaridade (n=525); de seguida são os jovens do 10º ano (n=475) quem mais participa em atividades cívicas; no

11º ano de escolaridade os jovens participam em menor número ($n=338$), subindo ligeiramente no 12º ano de escolaridade ($n=343$).

Considerando o número total de respondentes ao nosso inquérito por questionário ($N=3968$), compreende-se que o número de jovens que afirmam exercer atividades de participação política, nomeadamente, grupos ligados a partidos políticos e órgãos políticos locais, como assembleias municipais ou conselhos municipais da juventude, perfaz um total de 259 jovens ($n=259$). Percebe-se, assim, que as gerações jovens apresentam uma tendência muito baixa de participação política, assumindo-se um ligeiro aumento em jovens que se encontravam a frequentar o 11º ano ($n=73$), entre 24.3% e 33.6% nas duas atividades de participação política, face a um total de $n=53$, 23.7% e 15.9% nas respetivas atividades de participação política, para a frequência dos jovens no 9º ano de escolaridade. Esses dados vêm corroborar a ideia da “curva crescente” (Magalhães; Moral, 2008), em que a um aumento de idade se associa uma maior tendência de participação política. Essa ideia parece apoiada pela percepção de que as pessoas jovens não encontram na política respostas aos seus desejos mais imediatos, o que também é consistente com um crescente amadurecimento dos e das jovens para um “sujeito político”, desenvolvendo assim seus interesses para uma visão de mundo mais ampla.

Tabela 2. Frequências e percentagens de participação dos jovens por ano de escolaridade

Tipo de participação	9º ano/%	10º ano/%	11º ano/%	12º ano/%
Participação Cívica				
Associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais	130/26.6	145/29.7	106/21.7	108/22.1
Movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza	125/40.5	79/25.6	60/19.4	45/14.6
Atividades de voluntariado	188/ 30.2	177/ 28.5	124/ 19.9	133/ 21.4
Movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas <i>online</i>	82/ 31.4	74/ 28.4	48/ 18.4	57/ 21.8
Total	525	475	338	343
			1681	

Participação Política					
Grupos ligados a partidos políticos	36/ 23.7	39/ 25.7	37/ 24.3	40/ 26.3	
Órgãos políticos locais (Assembleias Municipais Conselhos Municipais da Juventude)	17/ 15.9	22/ 20.6	36/ 33.6	32/ 29.9	
Total	53	61	73	72	259
Atividades Desportivas	919/ 35.8	734/ 28.6	498/ 19.4	413/ 16.1	2564

Fonte: Dados da pesquisa.

A participação em atividades desportivas é a que apresenta números mais elevados, observando-se que um grande número de jovens (2564) participa, pelo menos uma vez por semana, em atividades dessa natureza. Desses, 35.8% encontram-se no 9º ano escolar; seguindo-se 28.6% que estão no 10º ano; 19.4%, no 11º ano; e 16.1% no 12º ano. Analisando-se os diferentes anos escolares, verifica-se que, apesar de existir um decréscimo, de acordo com o avançar da escolaridade, os resultados apresentam-se constantes, o que parece demonstrar uma unanimidade de participação em torno desse tipo de atividade, corroborando outros estudos, como o relatório produzido pela Comissão Europeia (2018), que demonstra uma maior expressão de envolvimento em organizações desportivas por parte dos jovens (Comissão Europeia, 2018).

O maior número de jovens participantes em atividades desportivas pode explicar-se pelo facto de essas atividades estarem mais presentes nos seus quotidianos e nas suas regiões, quer pelo interesse desses jovens na sua prática, quer pelo facto de esses municípios/regiões desenvolverem uma maior oferta de atividades desportivas. Portela e Gerry (2002) afirmam que as organizações desportivas se constituem como um meio atrativo para os jovens participarem na comunidade local.

Culturas de participação e sexo

Quando desagregados os dados, tendo em consideração o sexo, verificamos que as jovens do sexo feminino apresentam valores de participação mais elevados em todas as atividades, com exceção da participação em grupos ligados a partidos políticos e atividades desportivas. Contudo, a diferença entre raparigas e rapazes nessas duas tipologias de envolvimento é reduzida (as raparigas participam em 2.9% nas atividades ligadas a partidos políticos face a 4.9% dos rapazes e nas atividades desportivas participam em 55.7% face a 75.5% dos rapazes que indicam participar). As jovens do sexo feminino apresentam valores mais elevados em atividades de voluntariado (19.1% face a 11.7% dos rapazes) e percentagens mais elevadas 13.9% em associações ou grupos juvenis, face a 10.6% dos rapazes que afirma participar nessas mesmas atividades (ver tabela 3).

Tabela 3. Atividades em que jovens do sexo feminino e masculino afirmam participar

	Sexo				
	Feminino	%	Masculino	%	n
<i>Participação Cívica</i>					
Associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais	297	13.9%	193	10.6%	490
Movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza	178	8.3%	130	7.1%	308
Atividades de voluntariado	409	19.1	214	11.7	623
Movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas <i>online</i>	133	6.2%	129	7.1%	262
<i>Participação Política</i>					
Grupos ligados a partidos políticos	62	2.9%	89	4.9%	151
Órgãos políticos locais (Assembleias Municipais; Conselhos Municipais da Juventude)	57	2.7%	50	2.7%	107
<i>Atividades Desportivas</i>	1192	55.7%	1375	75.5%	2567

Fonte: Dados da pesquisa.

Focando a atenção nos resultados obtidos no que diz respeito à participação política entre jovens do sexo feminino e jovens do sexo masculino, esses resultados estão alinhados com diversos estudos que afirmam que os rapazes se envolvem mais facilmente em formas institucionalizadas de participação política e que envolvam contacto com políticos, pertencer a um partido político (Pfanzelt; Spies, 2019) ou participar em discussões políticas (Marien *et al.*, 2010), enquanto as jovens se envolvem mais facilmente em atividades políticas mais informais, embora as diferenças tendam a diminuir (Ribeiro *et al.*, 2014), o que pode justificar esses resultados. Relativamente à participação em atividades desportivas, diferentes estudos corroboram os resultados apresentados, destacando que os rapazes se envolvem mais em atividades desportivas do que as raparigas (Messner, 2009). Esses resultados poderão ser motivados pelo facto de existir um maior número de ofertas de atividades desportivas para rapazes do que para raparigas ou, ainda, uma visão estereotipada do género, que leva a um menor investimento das famílias e da comunidade em atividades desportivas para raparigas em comparação com as ofertas para os rapazes.

Em suma, tal como temos vindo a discutir, compreende-se que raparigas e rapazes participam maioritariamente em atividades desportivas seguindo-se as atividades de participação cívica, com percentagens mais significativas.

Culturas de participação e escolaridade parental

A socialização e o *habitus* familiares (Segalen, 1999; Singly, 2011) podem ter influência no modo como os jovens organizam as suas formas de participação e se envolvem mais ou menos na sua comunidade. Quando analisamos os dados em termos da escolaridade do pai e da mãe (ver tabela 4), verificamos que a participação dos jovens em atividades de natureza cívica aumenta de acordo com o grau de escolaridade da mãe e do pai, apresentando taxas de participação mais elevadas quando ambos têm o ensino secundário. A escolaridade da mãe com ensino secundário parece estar relacionada com uma maior adesão a atividades em “associações e

grupos juvenis regionais, nacionais e internacionais”, o mesmo acontecendo com o envolvimento em atividades de “voluntariado”.

No que respeita às atividades de participação política, esta também aumenta consoante as habilitações académicas de mães e pais, nomeadamente, jovens com mães e pais com o ensino secundário participam em maior percentagem (44.7% e 29.2% respetivamente) quer nos grupos ligados a partidos políticos, quer nos órgãos políticos locais; seguem-se, com 29.8% e 25%, respetivamente, jovens que participam e que têm mães e pais com ensino superior.

Os resultados, assim, parecem indicar uma relação entre a escolaridade de pais e mães e a participação dos jovens nas diferentes atividades, sendo importante considerar o perfil sociodemográfico dos jovens que participaram neste estudo. Com efeito, dos 3968 jovens que responderam ao inquérito por questionário, 21.8% das mães e 14% dos pais têm ensino superior, sendo de destacar que 33.2% das mães e 23.6% dos pais possuem o ensino secundário. Cabe referir que, nesta questão, porque de escolha múltipla, os jovens puderam selecionar mais do que uma opção como atividade na qual participavam pelo menos uma vez por semana, pelo que existem jovens que participam em mais do que uma atividade.

Tabela 4. Participação dos jovens por atividade e escolaridade da mãe e do pai

Escolaridade	Ensino Básico (Até ao 6º Ano)		Ensino Básico (Até ao 9º Ano)		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
Participação Cívica								
Associações e grupos juvenis regionais, nacionais, internacionais (n)/%	55/ 11.9%	115/ 25.7%	96/ 20.8%	105/ 23.5%	188/ 40.8%	148/ 33.1%	122/ 26.5%	79/ 17.7%
Movimentos de defesa dos animais e/ou proteção da natureza (n)/%	49/ 17.9%	69/ 25.9%	53/ 19.3%	67/ 25.2%	104/ 38%	90/ 33.8%	68/ 24.8%	40/ 15%
Atividades de voluntariado (n)/%	81/ 14.2%	141/ 25.8%	121/ 21.2%	147/ 26.9%	223/ 39%	163/ 29.9%	147/ 25.7%	95/ 17.4%

Movimentos cívicos e outras iniciativas cívicas online (n)/%	43/ 17.8%	61/ 26.4%	54/ 22.3%	61/ 26.4%	87/ 36%	65/ 28.1%	58/ 24%	44/ 19%
Participação Política								
Grupos ligados a partidos políticos (n)/%	7/ 14.9%	10/ 20.8%	5/ 10.6%	12/ 25%	21/ 44.7%	14/ 29.2%	14/ 29.8%	12/ 25%
Órgãos políticos locais (n)/%	7/ 14.9%	10/ 20.8%	5/ 10.6%	12/ 25%	21/ 44.7%	14/ 29.2%	14/ 29.8%	12/ 25%
Atividades desportivas (n)%	369/ 15.9%	632/ 28.4%	501/ 21.6%	578/ 26%	843/ 36.3%	637/ 28.7%	608/ 26.2%	375/ 16.9%

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à participação política, estudos indicam um “possível efeito da escolarização dos pais na socialização política do indivíduo”, ou seja, jovens com pais e mães mais escolarizados apresentam “percentagens acima da média de identificação partidária” (Lobo *et al.*, 2015, p. 63). Assim, os resultados que obtivemos do envolvimento jovem em atividades de participação cívica e política podem dever-se também em parte pela baixa escolaridade de uma grande parte dos pais e mães dos jovens que constituem a nossa amostra.

Por fim, nas atividades desportivas, parecem existir diferentes níveis de envolvimento nas atividades pelos jovens quando é analisada a escolaridade das mães e pais. Note-se que, de uma forma geral, os jovens que mais praticam atividades desportivas têm pais e mães com um nível de escolaridade superior. No entanto, é nos pais e mães com escolaridade até ao ensino secundário que a taxa de jovens a praticar atividades desportivas é mais elevada, e que por sua vez decresce quando comparada ao ensino superior.

Propostas e perspetivas de jovens sobre oportunidades de participação

Quando questionados em que atividades gostariam de se envolver e participar e que não têm disponíveis nas suas regiões, os jovens destacam

algumas, como desportos radicais, atividades de participação cívica ou, ainda, atividades de cariz cultural, como cinema ou grupos de teatro. Foram agrupadas as respostas dos jovens por categorias. O quadro 1 apresenta as categorias mais preenchidas por região.

Analisando a zona Norte, entende-se que os jovens sugerem atividades de participação cívica, como os movimentos de voluntariado e defesa animal e também partidos políticos, atividades de organizações políticas e atividades desportivas e culturais. Na região Centro de Portugal, os jovens também apontam para atividades de voluntariado e movimentos de defesa dos animais, como atividades de participação cívica, indicando igualmente atividades desportivas e culturais. A região Sul do país não foge a esse cenário.

Quadro 1. Perceção dos jovens sobre experiências de participação e lazer

Região	Principais atividades de participação/lazer sugeridas pelos jovens
Norte	Desportos radicais Cinema Torneios de videojogos Eventos culturais (concertos variados) Organizações políticas (partidos políticos) Participação cívica (voluntariado, movimentos de defesa dos animais etc.) Centros comerciais
Centro	Cinema Desporto Participação cívica (voluntariado, movimentos de defesa dos animais etc.) Grupos de teatro Artes marciais
Alentejo	Desportos radicais Participação cívica (voluntariado, movimentos de defesa dos animais etc.) Centros comerciais Atividades políticas Desportos femininos Aulas de dança
Algarve	Desportos radicais Centros comerciais Participação cívica (voluntariado; movimentos de defesa dos animais etc.) Cinema Eventos culturais (concertos variados)

Fonte: Dados da pesquisa.

Em todas as regiões, os jovens expressam interesses comuns, distribuídos no envolvimento em atividades fora do contexto escolar, sejam elas de participação cívica e política, mais institucionalizadas, ou de lazer. Triangulando esses dados com as respostas mencionadas acima, mais precisamente os resultados gerais do mapeamento de formas de participação juvenil nesses contextos, verifica-se uma baixa participação cívica e política que os resultados parecem apontar (ver Figura 1), paralelamente a uma forte aspiração desses jovens de se envolverem em atividades desse tipo (ver Quadro 1). Tudo isso parece apontar para uma menor diversidade de espaços que estimulem o envolvimento cívico e político desses jovens. Aliás, os dados do Pordata (2019) vêm demonstrar que, nessas regiões, existe um menor número de infraestruturas e de oferta de atividades de cariz cultural, cívico e político, o que pode influenciar o modo como esses jovens se envolvem e no tipo de atividades em que participam na sociedade.

Com efeito, os resultados triangulados demonstram que existem necessidades de lazer e de participação expressas pelos jovens, que são menos escutadas, como é o caso particular das atividades de participação cívica ou, ainda, de atividades de participação política. Para além disso, a expressividade de jovens que, em todas as regiões, destacam o cinema como atividade de lazer da qual gostariam de usufruir vem reforçar não só as desigualdades que caracterizam esses contextos (Pordata, 2019), mas também um modo menos centrado nas aspirações juvenis de implementação de atividades e na criação de ofertas, sugerindo, assim, a relevância da implementação de modelos de participação centrados nas aspirações dos jovens e envolvendo-os nessas dinâmicas.

Considerações finais

Seguindo uma tendência nacional, nas regiões fronteiriças, o envolvimento dos jovens em atividades de participação cívica e política é baixo quando comparado com outras atividades em que se envolvem, como o desporto. Essa situação pode ser explicada pelo que temos apontado, utilizando diferentes contribuições, referente ao envolvimento dos jovens

em formas menos tradicionais de participação política e cívica e pelo facto de que, nesses contextos, há também menos oportunidades e espaços e até mesmo socialização para o envolvimento nessas formas de participação cívica e política. Esses seriam aspetos a serem explorados no futuro.

O envolvimento em atividades desportivas, que neste estudo apresentaram as percentagens mais elevadas quando comparadas com outras atividades, parece desempenhar um papel importante na ocupação dos tempos de juventude e, possivelmente, contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e social (Anderson-Butcher, 2019; Opstoel *et al.*, 2020), sendo uma forma de envolvimento associada ao bem-estar individual e ao prazer associado à sua prática. Por outro lado, também é importante referir que, ao incluir uma dimensão inter-relacional, a participação desportiva pode levar a uma maior consciência cívica e uma maior participação cívica (Anderson-Butcher, 2019).

Dado o contexto deste estudo, as atividades em que os jovens se envolvem podem constituir práticas que estimulem as suas conexões com as respetivas comunidades. Elas podem ter, pela natureza dos contextos, até mesmo um papel mais significativo no desenvolvimento da juventude e suas experiências quando comparadas com o impacto que atividades semelhantes podem ter sobre os jovens de origens urbanas (Ludden, 2011; Ferris *et al.*, 2013). Nesse sentido, em estudos futuros será relevante tentar entender melhor, com casos de escolas de contextos urbanos ou semiurbanos.

Acreditamos que, neste artigo, se contribui para uma reflexão em torno das culturas de participação juvenil em contextos ainda pouco explorados, como são os rurais e de fronteira, chamando a atenção para a particularidade desses contextos e o modo como essa pode influenciar as formas de participação dos jovens. Por exemplo, a proximidade com o local e a valorização das culturas locais pelos jovens (Portela; Gerry, 2002), o que pode influenciar o modo como eles se envolvem, nomeadamente em eventos culturais da região. Mais ainda, urge ressaltar que as propostas que os jovens enunciam para os seus contextos, entre as quais algumas de atividades de participação cívica, trazem para a reflexão um possível questionamento sobre a apatia de jovens na participação em atividades

desse tipo. Nesse sentido, para reflexão futura e mais aprofundada, poderia ser pertinente analisar o modo como esses jovens aspiram a atividades, numa análise paralela às ofertas existentes no seu contexto, possibilitando perceber fundamentadamente as culturas de participação, numa perspetiva que atente não só naquilo em que os jovens participam, mas também procurando perceber o modo como as ofertas e as ausências constituem oportunidades ou barreiras, respetivamente, para a participação juvenil.

Nicolas Martins da Silva é doutorando em Ciências da Educação no Centro de Investigação e de Intervenção Educativa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE-FPCEUP), Porto, Portugal.

Sara Pinheiro é Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto e pesquisadora assistente no Centro de Investigação e de Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (CIIE-FPCEUP), Porto, Portugal.

Sofia Marques da Silva é Doutora em Ciências da Educação, professora associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e membro efetivo do Centro de Investigação e de Intervenção Educativas (CIIE-FPCEUP) da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

✉ sofiamsilva@fpce.up.pt

Financiamento

Bolsa de doutoramento: Este trabalho foi apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional de Capital Humano (POCH) de Portugal 2020, especificamente ao abrigo das Bolsas de Doutoramento FCT (referência: SFRH/BD/143733/2019).

Projeto de investigação: GROW.UP, Grow Up in Border Regions in Continental Portugal: Jovens, Percursos Educativos e Agendas. Financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) de Portugal 2020, e Fundação Ciência e Tecnologia, IP (FCT) (referência: PTDC/CED-EDG/29943/2017).

Agradecimentos

Os autores gostariam de agradecer aos jovens, escolas e municípios que pacientemente nos ajudaram com esta investigação.

Referências

1. ANDERSON-BUTCHER, Dawn. Youth sport as a vehicle for social development. *Kinesiology Review*, v. 8, n. 3, p.180-187, 2019. <https://doi.org/10.1123/kr.2019-0029>
2. BÆCK, Unn-Doris. Rural location and academic success - remarks on research contextualisation and methodology. *Scandinavian Journal of Educational Research*, v. 60, n. 4, p. 435-448, 2016. <https://doi.org/10.1080/00313831.2015.1024163>
3. BARROS, António T.; MITOZO, Isabele B. A percepção e o discurso de jovens brasileiros sobre os partidos ecológicos. *Dados*, v. 64, n. 1, p. 1-52, 2019. <https://doi.org/10.1590/dados.2021.64.1.226>
4. BECK, Ulrich. Freedom's children. In: BECK, U.; BECK-GENSHEIM, E. (ed.). *Individualisation*. Londres: Sage, 2001.
5. BRADY, Henry E.; VERBA, Sydney; SCHLOZMAN, Kay. Beyond ses: a resource model of political participation. *The American Political Science Review*, v. 89, n. 2, p. 271- 294, 1995. <https://doi.org/10.2307/2082425>
6. CABRAL, Manuel V. Confiança, mobilização e representação política em Portugal. In: FREIRE, A.; LOBO, M. C.; MAGALHÃES, P. (org.). *Portugal a Votos – as eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p. 301- 331.
7. CARMO, Renato M.; SANTOS, Sofia. Mobilidade espacial e confiança. In: CARMO, R. (org.). *Entre as cidades e a serra. Mobilidades, capital social e associativismo no interior algarvio*. Lisboa: Editora Mundos Sociais; CIES, ISCTE-IUL, 2011. p. 45-69.
8. CASTRO, Elisa G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.
9. CHECKOWAY, Barry. Community development, social diversity, and the New metropolis. *Community Development Journal*, v. 46, p. 5-14, 2011. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsr005>
10. CHECKOWAY, Barry; GUTIERREZ, Lorraine. Youth participation and community change. *Journal of Community Practice*, v. 14, n. 1-2, p. 1 -9, 2006. https://doi.org/10.1300/J125v14n01_01
11. COMISSÃO EUROPEIA. *Flash eurobarometer 455 - September 2017 “European Youth” Report*, 2018. Disponível em: https://data.europa.eu/euodp/en/data/dataset/S2163_455_ENG
12. CORNWALL, Andrea. Locating citizen participation. *IDS Bulletin*, v. 33, p. i-x: i-x, 2009. <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2002.tb00016.x>
13. CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-67, 1989.
14. DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma L.; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? *Educar em Revista*, n. 38, p. 237-252, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000300016>

15. DAHL, Viktor et al. Apathy or alienation? Political passivity among youths across eight European Union countries. *European Journal of Developmental Psychology*, v. 15, n. 3, p. 284-301, 2018. <https://doi.org/10.1080/17405629.2017.1404985>
16. DAX, Thomas; MACHOLD, Ingrid; GERRY, Chris. "Youth spirit" – the ingredient that makes all the difference? *Voices of Rural Youth*, p. 158-178, 2002.
17. EKMAN, Joakim; AMNÅ, Erik. Political participation and civic engagement: towards a new typology". *Human Affairs*, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012.
18. FARRUGIA, David. Towards a spatialised youth sociology: the rural and the urban in times of change. *Journal of Youth Studies*, v. 17, n. 3, p. 293-307, 2014. <https://doi.org/10.1080/13676261.2013.830700>
19. FERREIRA, Pedro M. Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 57, p.109-130, 2008.
20. FERRIS, Kaitlyn A.; OOSTERHOFF, Benjamin; METZGER, Aaron. Organized activity involvement among rural youth: gender differences in associations between activity type and developmental outcomes. *Journal of Research in Rural Education*, v. 28, p. 1-16, 2013.
21. FLANAGAN, Constance; LEVINE, Peter. Civic engagement and the transition to adulthood. *The Future of Children*, v. 20, n. 1, p. 159-179, 2010. <https://doi.org/10.1353/foc.0.0043>
22. FREIRE, André; LOBO, Marina C.; MAGALHÃES, Pedro. *Portugal a votos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
23. FURLONG, Andy; CARTMEL, Fred. *Young people and social change: individualisation and risk in late modernity*. Buckingham: Open University Press, 1997.
24. FURLONG, Andy; WOODMAN Dan. Youth studies: past, present and future. In: FURLONG, A.; WOODMAN, D. (ed.). *Youth and young adulthood series: critical concepts in sociology*. Londres: Routledge, 2015.
25. GADEA, Carlos A. et al. Trajetórias de jovens em situação de vulnerabilidade social: sobre a realidade juvenil, violência intersubjetiva e políticas para jovens em Porto Alegre. *Sociologias*, v. 19, n. 45, p. 258-299, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004512>
26. HEGGEN, Kare. Marginalisation: on the fringe of the periphery: youth as a risky life stage? *Young*, v. 8, n. 2, p. 45-62, 2000. <https://doi.org/10.1177/110330880000800203>
27. HOSKINS, Bryony. *A framework for the creation of indicators on active citizenship and education and training for active citizenship*. Ipsra: Joint Research Centre, 2006.
28. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Resultados Preliminares do XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação – Censos de 28 de julho de 2021*. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_dados&xpid=CENSOS21&lang=pt

29. LEVINE, Peter; YOUNISS, James. Introduction: policy for youth civic engagement. In: LEVINE, P.; YOUNISS, J. (ed.). *Engaging young people in civic life*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2009. p. 1-10. <https://doi.org/10.2307/j.ctv16f6dbw.5>
30. LIND, Tommy; STJERNSTRÖM, Olof. Organizational challenges for schools in rural municipalities: cross-national comparisons in a nordic context. *Journal of Research in Rural Education*, v. 30, p. 1-14, 2015.
31. LOBO, Marina C.; FERREIRA, Vitor S.; ROWLAND, Jussara. *Emprego, mobilidade, política e lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspetiva comparada*. [Relatório Apresentado à Presidência da República]. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Observatório Português da Juventude, 2015.
32. LUDDEN, Alison B. Engagement in school and community civic activities among rural adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 40, p. 1254-1270, 2011.
33. MAGALHÃES, Pedro; MORAL, Jesus S. Os jovens e a política: um estudo do centro de sondagens e estudos de opinião da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: UCP, 2008. Disponível em: https://www.jpn.up.pt/pdf/Os_jovens_e_a_politica.pdf
34. MARIEN, Sofie; HOOGHE, Marc; QUINTELIER, Ellen. Inequalities in non-institutionalised forms of political participation: a multi-level analysis of 25 countries. *Political Studies*, v. 58, n. 1, p. 187-213, 2010.
35. MENEZES, Isabel; FERNANDES-JESUS, Maria; RIBEIRO, Norberto; MALAFAIA, Carla; FERREIRA, Pedro. *Agência e participação cívica e política de jovens: jovens e imigrantes na construção da democracia*. Porto: Livpsic, 2012.
36. MESSNER, Michael. *It's all for the kids: gender, families, and youth sports*. Berkeley: University of California Press, 2009.
37. METZGER, Aaron; ALVIS, Lauren; OOSTEROFF, Benjamin. Adolescent views of civic responsibility and civic efficacy: differences by rurality and socioeconomic status. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 70, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2020.101183>
38. NORRIS, Pippa. *Democratic phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
39. OPSTOEL, Katrijn *et al.* Personal and social development in physical education and sports: a review study. *European Physical Education Review*, v. 26, n. 4, p. 797-813, 2020. <https://doi.org/10.1177/1356336X19882054>
40. O'TOOLE, Therese. Engaging with young people's conceptions of the political. *Children's Geographies*, v. 1, n. 1, p. 71-90, 2003. <https://doi.org/10.1080/14733280320179>
41. PAIS, José M. *Traços e riscos de vida: abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Ambar, 2003.
42. PAIS, José M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

43. PAIS, José M. A construção sociológica da Juventude - alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, n. 105/106, terceira série, p. 139-165, 1990.
44. PANCER, S. Mark; ROSE-KRASNOR, Linda; LOISELLE, Lisa. Youth conferences as a context for engagement. *New Directions for Youth Development*, v. 96, p. 47-64, 2002.
45. PFANZELT, Hannah; SPIES, Dennis C. The gender gap in youth political participation: evidence from Germany. *Political Research Quarterly*, v. 72, n. 1, p. 34-48. 2019. <https://doi.org/10.1177/1065912918775249>
46. PORDATA. *Retrato de Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
47. PORTELA, Filipe T. Novas formas de participação e mobilização cívicas nas redes sociais. *Sociologia online*, n. 11, p. 22-41, 2016, 2016.
48. PORTELA, José; GERRY, Chris. Dreams, pragmatism and employment outcomes among portuguese rural youth: 6 paradoxes. In: DAX, T.; MACHOLD, I. (ed.). *Voices of rural youth: a break with traditional patterns*. Vienna: Bundesanstalt für Bergbauernfragen, 2002. p. 122-157.
49. PORTUGAL. Decreto-lei nº 85/2009, de 27 de Agosto, 2009. Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré -escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. *Diário da República*, 1ª série, n. 166, p. 5635, Lisboa, 27 ago. 2009. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/488826>
50. PRITZKER, Suzanne; METZGER, Aaron. Facilitating civic engagement among rural youth: a role for social workers. In: GINSBERG, L. (ed.). *Social work in rural communities*. Alexandria: Council on Social Worl Education, 2011. p. 185-210.
51. PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. In: CROTHERS L.; LOCKHART, C. (ed.) *Culture and politics*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2000. p. 223-234. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62397-6_12
52. RIBEIRO, Norberto; FERREIRA, Pedro; MALAFAIA, Carla; MENEZES, Isabel. The "Europeanization" of gender policies in Portugal: Transformations in women's access to civil, political and social rights. In: BARRETT, M.; ZANI, B. (ed.). *Political and civic engagement: multidisciplinary perspectives*. Londres: Routledge. 2014. <https://doi.org/10.4324/9781315758145>
53. RIBEIRO, Norberto; NEVES, Tiago; MENEZES, Isabel. Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses. *Análise Social*, n. 221, p. 822-849, 2016.
54. ROSS, Allistair. Education for active citizenship: practices, policies, promises. *International Journal of Progressive Education*, v. 8, 3, p. 7-14, 2012.
55. SAMPAIO, Marta; SILVA, Sofia M. Youth policies priorities: understanding young people pathways in border regions of Portugal. *Revista de Estudos Regionales*, no prelo, 2022.
56. SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.

57. SHILDRICK, Tracy; MACDONALD, Robert. In defence of subculture: young people, leisure and social divisions. *Journal of Youth Studies*, v. 92, p. 125-140, 2006. <https://doi.org/10.1080/13676260600635599>
58. SILVA, Sofia M. Growing up in a Portuguese Borderland. In: SPYROU, S.; CHRISTOU, M. (ed.). *Children and borders*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2014.
59. SILVA, Sofia M. Disinheriting the heritage and the case of Pauliteiras: young girls as newcomers in a traditional dance from the Northeast of Portugal. In: BALDACCHINO, J.; VELLA, R. (ed.). *Mediterranean art and education: Navigating local, regional and global imaginaries through the lens of the arts and learning*. Rotterdam: Sense Publishers & Mediterranean Journal of Educational Studies, 2013.
60. SILVA, Sofia M. *Da casa da juventude aos confins do mundo*. Etnografia das fragilidades, medos e estratégias juvenis. Porto: Edições Afrontamento, 2011.
61. SILVA, Sofia M.; SILVA, Ana M.; CORTÉS-GONZÁLEZ, Pablo; BRAZIENE, Ruta. Learning to leave and to return: mobility, place, and sense of belonging amongst young people growing up in border and rural regions of mainland Portugal. *Sustainability*, v. 13, n. 16, e9432, 2021. <https://doi.org/10.3390/su13169432>
62. SINGLY, François. *Sociologia da família contemporânea*. Lisboa: Texto & Grafia, Lda, 2011.
63. THEODORI, Ann E.; THEODORI, Gene L. The influences of community attachment, sense of community, and educational aspirations upon the migration intentions of rural youth in Texas. *Community Development*, v. 46, n. 4, p. 380-391, 2015. <https://doi.org/10.1080/15575330.2015.1062035>
64. TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José R. Political participation: mapping the terrain. In: VAN DETH, J. et al. (eds.). *Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis*. Londres: Routledge, 2007. p. 334-357.
65. TIZA, António P. *O conhecimento mútuo das tradições etnográficas na educação espanhola e portuguesa: mascaradas e pauliteiros em terras de Zamora e Bragança*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Valladolid, Valladolid, Espanha., 2010.
66. TRIVELLI, Carolina; MOREL, Jorge. Rural youth inclusion, empowerment, and participation. *The Journal of Development Studies*, v. 57, n. 4, p. 635-649, 2020. <https://doi.org/10.1080/00220388.2020.1808194>
67. UNIÃO EUROPEIA. Estratégia da União Europeia para a juventude 2019-2027. *Jornal Oficial da União Europeia*, 2018. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42018Y1218(01)&from=PT)
68. VAN DETH, Jan. A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, v. 49, p.349-367, 2014. <https://doi.org/10.1057/ap.2014.6>
69. WALTHER, Andreas. Regimes of youth transitions: choice, flexibility and security in young people's experiences across different european contexts. *Young*, v. 14, n. 2, p.119-139, 2006. <https://doi.org/10.1177/1103308806062737>
70. WATTENBERG, Martin. *Is voting for young people?* Nova York: Routledge, 2016.

71. WIBORG, Agnete. Place, nature and migration: students' attachment to their rural home places. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 4, p. 416-432, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00284.x>
72. YNDIGEEN, Carsten. Life planning in the periphery: life chances and life perspectives for young people in the Danish-German border region. *Young*, v. 11, n. 3, p. 235-251, 2003. <https://doi.org/10.1177/11033088030113003>
73. ZUKIN, Cliff; KEETER, Scott; ANDOLINA, Molly; JENKINS, Krista; CARPINI, Michael. *New engagement?* Political participation, civic life, and the changing American citizen. Nova York: Oxford University Press, 2006. <https://doi.org/10.1017/Si537592707071150>

Recebido: 24 mar. 2021

Aceito: 16 jun. 2022